

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC LEANDRO FERREIRA DE ALMEIDA

A NEGAÇÃO DO USO DO MAR NAS MALVINAS PELA GRÃ-BRETANHA:
a tarefa determinada aos submarinos britânicos.

Rio de Janeiro

2019

CC LEANDRO FERREIRA DE ALMEIDA

A NEGAÇÃO DO USO DO MAR NAS MALVINAS PELO GRÃ-BRETANHA:
a tarefa determinada aos submarinos britânicos.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG Maurício do N. Pinto

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2019

À minha esposa Joyce e aos meus pais, que representam o verdadeiro significado de família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me guiar nessa caminhada. A minha amada família, manifesto publicamente o reconhecimento pelo apoio e força necessários à manutenção firme da minha missão na Marinha do Brasil de defender a Pátria Amada. Ao meu ex comandante e orientador, CMG Maurício do Nascimento Pinto, pela atenção e apoio na orientação deste trabalho. Aos meus chefes navais, amigos e colegas de manicaca que fizeram ou fazem parte do Comando da Força de Submarinos pela ajuda primordial na pesquisa da primordial tarefa de negação do uso do mar, na dissertação apresentada, utilizada pela Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas.

“Em tempo de paz convém ao homem serenidade e humildade; mas quando estoura a guerra deve agir como um tigre!”

William Shakespeare

RESUMO

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa, que aponta o principal objetivo estratégico da Marinha do Brasil como a Negação do Uso do Mar ao inimigo, deve-se buscar experiências onde tal objetivo estratégico tenha sido empregado com o uso de submarinos. Nesse contexto, será apresentado como a Marinha Real Britânica empregou os seus submarinos durante a Guerra das Malvinas (1982), com ênfase nas ações de submarinos. Para isso, serão apresentados os fatos vivenciados pela Grã-Bretanha, analisando as possibilidades e dificuldades na aplicabilidade do submarino nuclear para a Negação do Uso do Mar. Analisando a futura incorporação de um submarino de propulsão nuclear pela Marinha do Brasil, quais aprendizados que a utilização de um submarino de característica similar na Guerra das Malvinas tem a oferecer na tarefa de negar o uso do mar ao inimigo. Serão confrontadas as teorias do pensamento estratégico da Jeune École e a aplicabilidade dos submarinos para a negação do uso do mar ao inimigo com a análise do emprego dos submarinos britânicos na Guerra das Malvinas. Elaborou-se a hipótese de que a doutrina de emprego do submarino HMS Conqueror na Guerra das Malvinas é aplicável para a futura situação da Marinha do Brasil na tarefa de Negar o Uso do Mar ao inimigo, quando esta dispuser de um submarino de propulsão nuclear em seu inventário. Caso negativo, quais fatores (militar ou civil) podem influenciar para torná-la verdadeira.

Palavras-chave: Negação do Uso do Mar. Submarino. Teorias. Jeune École. HMS Conqueror.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Resolução 502 ONU..... | 55 |
| Figura 2 – Disposição dos submarinos britânicos..... | 56 |
| Figura 3 – Mapa das Malvinas..... | 57 |
| Figura 4 – Tráfego marítimo mundial..... | 58 |

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais eventos e operações submarinas durante a Guerra das Malvinas 53

Tabela 2 - Regras de engajamento na Guerra das Malvinas..... 54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| EUA | Estados Unidos da América |
| IGM | Primeira Guerra Mundial |
| IIGM | Segunda Guerra Mundial |
| HMS | <i>“Her/His Majesty's Ship”</i> - Navio de Sua Majestade (Tradução nossa) |
| ARA | Armada da República Argentina |
| ZET | Zona de Exclusão Total |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| PROSUB | Programa de Desenvolvimento de Submarinos |
| END | Estratégia Nacional de Defesa |
| PND | Política Nacional de Defesa |
| FFAA | Forças Armadas |
| TO | Teatro de Operações |
| GT | Grupo Tarefa |
| SBR | Submarino brasileiro de propulsão diesel-elétrica |
| SNBR | Submarino brasileiro de propulsão nuclear |
| MB | Marinha do Brasil |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2 A INFLUÊNCIA DA JEUNE ÉCOLE NA GUERRA SUBMARINA..... | 12 |
| 2.1 A origem..... | 12 |
| 2.2 A disseminação da Jeune École no tempo..... | 13 |
| 2.3 A influência da Jeune École na evolução dos submarinos..... | 15 |
| 2.4 O início da Negação do Uso do Mar..... | 19 |
| 3 A TRANSIÇÃO DA CRISE AO CONFLITO ARMADO NA GUERRA DAS MALVINAS DO LADO BRITÂNICO..... | 20 |
| 3.1 A estrutura da diplomacia britânica..... | 20 |
| 3.2 O ultimato britânico..... | 23 |
| 3.3 Conclusões parciais..... | 25 |
| 4 PLANEJANDO O USO DE SUBMARINOS NAS MALVINAS..... | 26 |
| 4.1 Fases da Guerra submarina..... | 26 |
| 4.1.1 Submarinos em operação na fase um..... | 27 |
| 4.1.2 Operações de submarinos na fase dois..... | 27 |
| 4.1.3 As operações submarinas nas fases três e quatro..... | 28 |
| 4.2 Preparativos para a guerra submarina..... | 29 |
| 4.3 Início do conflito..... | 30 |
| 4.4 Regras de engajamento..... | 31 |
| 5 OPERAÇÕES SUBMARINAS DA MARINHA REAL BRITÂNICA..... | 32 |
| 5.1 Operação do HMS Spartan e HMS Splendid..... | 32 |
| 5.2 Operação do HMS Conqueror..... | 32 |
| 5.2.1 Diplomacia submarina..... | 33 |
| 5.2.2 Valor da dissuasão dos submarinos..... | 34 |
| 5.3 O ataque ao cruzador General Belgrano..... | 35 |
| 5.3.1 Manobra..... | 36 |
| 5.3.2 Princípio da ofensiva..... | 36 |
| 5.3.3 Princípio do objetivo..... | 37 |
| 5.3.4 Princípio da Segurança..... | 37 |
| 5.3.5 Princípio da Massa..... | 39 |
| 5.3.6 Princípio da Unidade de Comando..... | 40 |
| 5.3.7 Princípio da Surpresa..... | 40 |
| 5.3.8 Princípio da simplicidade..... | 41 |
| 5.3.9 Operações alternativas britânicas..... | 42 |
| 5.4 Conclusões parciais..... | 42 |
| 6 ENSINAMENTOS DAS MALVINAS NO EMPREGO DO SNBR ÁLVARO ALBERTO..... | 44 |
| 6.1 Político..... | 44 |
| 6.2 Logística..... | 45 |
| 6.3 Relevô..... | 46 |

| | |
|--------------------------------|-----------|
| 6.4 Importância econômica..... | 46 |
| 7 CONCLUSÃO..... | 48 |
| REFERÊNCIAS..... | 51 |
| APÊNDICES E ANEXOS..... | 53 |

1 INTRODUÇÃO

Desde a concepção e lançamento do submersível estadunidense Turtle¹, concebido para a Guerra da Independência dos Estados Unidos da América (EUA) (1775-1783)², estudou-se por diversos estrategistas a melhor forma de utilizar o submarino. Com a evolução tecnológica, os Estados com a maior capacidade de desenvolvimento, conseguiram adaptar-se mais rapidamente. Os avanços prosseguiram na parte ofensiva, com a capacidade de lançar armamentos com uma carga explosiva, precisão e alcance cada vez mais refinados. Na mesma direção, os Estados prosseguiram os avanços da guerra submarina na parte defensiva, com estudos e execução de procedimentos sobre manobras evasivas, armamentos que contra-atacavam e operações de guerra anti-submarino com a esquadra.

No início do Século XIX, a França e a Grã-Bretanha buscavam um papel marítimo de destaque. O poderio bélico da Grã-Bretanha deixava-o em uma posição confortável nessa disputa, ora apresentada. Restava à Marinha francesa, buscar alternativas para conseguir equilibrar a disputa. Nesse contexto alguns estrategistas franceses começaram a idealizar um novo tipo de emprego e concepções aos meios que a França possuía ou desejava adquirir. Idealizado pelo almirante francês Hyacinthe Laurent Théophile Aube (1826-1890)³, é criada a *Jeune École*⁴ que estabeleceu um conceito naval estratégico desenvolvido durante o Século XIX. Utilizavam pequenas embarcações equipadas para confrontar uma força naval de maior envergadura e preparada com o objetivo de atacar o comércio oponente.

1 Submersível lançado em 1775, utilizado na guerra de independência estadunidense feito de madeira para apenas uma pessoa. Era o primeiro submersível usado em guerra por ser pequeno e conter pouco ar, podia ficar submerso apenas alguns minutos. Recebeu este nome pois o seu formato lembrava uma tartaruga (ROPP,1987).

2 A Guerra de Independência dos Estados Unidos da América, foi um conflito armado entre o Reino da Grã-Bretanha e as Treze Colônias na América do Norte, que haviam declarado sua independência como os Estados Unidos da América (ROPP,1987).

3 Ocupou cargos governamentais durante a Terceira República. Aube serviu como governador da Martinica entre 1879 e 1881, e como o ministro francês da Marinha de 7 de janeiro de 1886 a 30 de maio de 1887 (RØKSUND, 2007).

4 “Escola jovem” (Tradução nossa) (RØKSUND, 2007).

As teorias desenvolvidas pela Jeune École sobre a utilização de submarinos, não eram aplicáveis apenas aos Estados mais fracos diante dos demais. Em diversas batalhas marítimas, os Estados mais fortes empregaram submarinos em tarefas ofensivas. Um exemplo recente de utilização de submarinos por uma Marinha de envergadura foi a Guerra das Malvinas (1982)⁵. Anteriormente, as atitudes do governo britânico levaram a Argentina uma interpretação errada que eles (Grã-Bretanha) não estavam dando a devida importância às Ilhas Malvinas. A Grã-Bretanha sofria internamente uma crise de credibilidade perante o povo e o governo buscava algo para reverter essa situação.

Quando as Ilhas Malvinas foram invadidas pelos argentinos, em uma ação contínua, o governo britânico enviou para essa região uma esquadra de envergadura. Os submarinos (propulsão nuclear e diesel elétrica) foram os primeiros meios a serem deslocados para a área do conflito, numa reação imediata. Com o envio dos submarinos para a área do conflito, a Marinha Real Britânica criou uma Zona de Exclusão Total (ZET) de extensão 200MN ao redor das Ilhas Malvinas. Com essa ação, o governo idealizava o corte de todo apoio logístico argentino nas ilhas. Analisando o emprego dos meios navais britânicos na área de conflito e as tarefas específicas, o melhor meio para efetuar um bloqueio efetivo na ZET era o submarino. A Grã-Bretanha utilizou os seus submarinos para negar o uso do mar ao inimigo, em zonas de patrulhas ao redor das ilhas.

Com o uso dos submarinos britânicos no conflito e a baixa capacidade da marinha argentina na guerra anti-submarina, no dia 02 de maio de 1982, o Her/His Majesty's Ship (HMS) Conqueror⁶ afundou o cruzador da Armada da República Argentina (ARA) General Belgrano⁷ da Marinha argentina. Esse acontecimento modificou o curso da guerra, forçando a

⁵Conflito armado entre a Argentina e a Grã-Bretanha ocorrido nas Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul entre dos dias 2 de abril a 14 de junho (FREEDMAN, 2005).

⁶Construído no estaleiro "Cammell Laird" em Birkenhead. Foi lançado ao mar em 18 de agosto de 1969 e esteve em operação entre 1971 e 1990. Foi o único submarino nuclear a ter afundado um outro navio em ação. Era comandado por Christopher Wreford-Brown, quando afundou o cruzador ARA General Belgrano da Marinha da Argentina, com dois torpedos Mark-8 durante a Guerra das Malvinas (MORO, 1989).

⁷O ARA General Belgrano foi um cruzador rápido da Armada Argentina afundado na Malvinas, vitimando 323 marinheiros. Construído nos estaleiros New York Shipbuilding Corporation para a Marinha dos Estados Unidos

Argentina retirar os seus navios do conflito e deixá-los atracados nas suas bases. A Argentina passava por um momento crítico da guerra, vindo a sua rendição em 14 de junho do mesmo ano.

Devido a sua proximidade física com o Brasil e a melhor forma de utilizar submarinos de propulsão nuclear e diesel-elétrica, a guerra das Malvinas trouxe vários ensinamentos que podem ser utilizados pela Marinha do Brasil, a partir da incorporação do primeiro submarino de propulsão nuclear.

Em decorrência do acordo firmado entre o Brasil e a França, teve início o Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB, com a previsão da construção de quatro submarinos de propulsão diesel-elétricos e de um submarino com propulsão nuclear no Brasil, além do Estaleiro responsável pelas construções e de uma Base Naval onde os meios serão sediados.

Alinhado com a Política Nacional de Defesa (PND) e com a Estratégia Nacional de Defesa (END) que estabelece as tarefas da Marinha do Brasil, ressaltam-se os objetivos estratégicos da Marinha do Brasil que cita:

[...]Na maneira de conceber a relação entre as tarefas estratégicas de negação do uso do mar, de controle de áreas marítimas e de projeção de poder, a Marinha do Brasil se pautará por um desenvolvimento desigual e conjunto. Se aceitasse dar peso igual a todas as três tarefas, seria grande o risco de ser medíocre em todas elas. Embora todas mereçam ser cultivadas, serão em determinada ordem e sequência.

A prioridade é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima. A negação do uso do mar ao inimigo é a que organiza, antes de atendidos quaisquer outros objetivos estratégicos, a estratégia de defesa marítima do Brasil. Essa prioridade tem implicações para a reconfiguração das forças navais. [...] (Estratégia Nacional de Defesa-END, p.81, 2012, grifo nosso).[...]

Para a Marinha do Brasil cumprir a tarefa de Negar o Uso do Mar ao Inimigo, como estabelece a END, deve-se contar com uma esquadra sempre pronta. Para isso, necessita-se de investimentos e uma mentalidade marítima desde o nível político ao tático.

Com esse novo patamar que a Marinha do Brasil almeja alcançar e o

da América. como USS Phoenix, foi o sexto navio da classe de cruzadores ligeiros Brooklyn (FREEDMAN, 2005).

prosseguimento do PROSUB tem-se uma grande mudança no emprego do submarino, a partir do momento que o Brasil tiver o submarino de propulsão nuclear no seu inventário. Deve-se buscar exemplos com outras Marinhas e guerras travadas em que foram empregados esses meios navais.

O propósito deste trabalho é comparar como a Grã Bretanha utilizou os seus submarinos de propulsão nuclear na Guerra das Malvinas com o emprego do submarino de propulsão nuclear brasileiro. Quais foram as dificuldades do seu emprego nas Malvinas e projetando para o Brasil, como poderíamos empregá-lo em situação similar.

2 A INFLUÊNCIA DA JEUNE ÉCOLE NA GUERRA SUBMARINA

2.1 A origem

A rivalidade entre as Marinhas da Grã-Bretanha e da França estavam acirradas no século XIX. Com a segunda revolução industrial, a Marinha Real Britânica conseguiu modernizar e equipar suas forças navais, chegando a ser considerada como a maior potência marítima do mundo. A França não queria ficar defasada diante o seu rival.

Idealizada pelo Almirante francês Hyacinthe Laurent Théophile Aube (1826-1890)⁸, em 1870 é criada a Jeune École. Em contrapartida, com uma conotação pejorativa evidente, as ideias defendidas pelos “tradicionalistas” foram denominadas de Vielle École⁹. A Jeune École priorizou o uso da mina, do torpedo, do submarino e graças aos seus equipamentos, utilizou-se a forma de guerra chamada de não convencionais (assédio às esquadras por navios ligeiros, ataques lançados contra o comércio para obrigar o inimigo a se dispersar). Também adotou uma atitude de esquiva em relação à esquadra adversária e sustentou a acusação de ser defensiva. A Vielle École não abriu mão da solução comprovada do navio de linha¹⁰ armado de canhões e focou sempre na busca da batalha decisiva, pois possuía uma mentalidade essencialmente ofensiva, em nome dos princípios (RØKSUND, 2012).

Até o final do Século XIX, o pensamento estratégico que vigorava era a doutrina disseminada pelo contra-almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan (1840-1914)¹¹,

⁸Hyacinthe Laurent Théophile Aube foi um almirante francês, ocupou vários cargos governamentais importantes durante a Terceira República. Aube serviu como governador da Martinica entre 1879 e 1881, e como o ministro da Marinha de 7 de janeiro de 1886 a 30 de maio de 1887 (RØKSUND, 2012).

⁹“Velha Escola” (Tradução nossa) (RØKSUND, 2012).

¹⁰Eram navios bem armados para compor uma linha de batalha, tática naval na qual duas linhas de navios adversários manobravam de modo a poderem usar o maior número possível dos seus canhões (RØKSUND, 2012).

¹¹O Contra-almirante Alfred Thayer Mahan foi um ilustre oficial da Marinha dos EUA, que se notabilizou como estrategista e professor (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

chamada de escola histórica. Aube defendeu que os ensinamentos das batalhas passadas ficaram ultrapassados e que o estudo não poderia ser baseado em estratégias caducas. Ele defendeu, que analisando o contexto internacional daquele momento, a mutação era muito grande e que não poderia ficar preso nos dogmas da escola histórica defendida por Mahan. Para Aube, cada Estado deveria adaptar as suas estratégias com o momento em que vivia (material e político).

A França encontrava-se em dificuldade para rivalizar com a Grã-Bretanha relativo as potências navais. Uma solução seria adotar o pensamento estratégico da Jeune École, recorrendo à guerra costeira, o uso de navios torpedeiros visando impedir os bloqueios cerrados e à guerra de cruzadores. Em contrapartida, obrigava a Grã-Bretanha a proteger o seu tráfego marítimo e dispersar a suas forças (RØKSUND, 2012).

Outros países tentaram seguir a estratégia da Jeune École. Entre eles a Itália, Áustria, Japão e Grã-Bretanha, principal adversário da França como potência naval. A estratégia francesa conseguiu disseminar seus conceitos em relação à guerra costeira. A guerra ao comércio é preconizada pela *cruiser school*¹² na Grã-Bretanha, pelo vice-almirante britânico Anton Friedrich Victor Valois (1841-1924). A guerra submarina despertou o interesse em vários Estados, destacando-se a Alemanha que constantemente revisavam as suas doutrinas no emprego de tal arma, principalmente relativo ao uso de submarinos nas duas guerras mundiais (RØKSUND, 2012).

2.2 A disseminação da Jeune École no tempo

O pensamento estratégico naval teve o seu apogeu no ano de 1914. A escola histórica defendida pelo contra-almirante Mahan obteve a sua glória e foi disseminada

¹²Escola de cruzadores (RØKSUND, 2012).

principalmente após a guerra russo-japonesa, concluída pela grande batalha de Tsushima (27 e 28 de maio em 1905)¹³. A ideologia da ofensiva atingiu igualmente a doutrina naval que sonhava com uma nova batalha como Trafalgar e não deu a devida importância para as comunicações marítimas. A influência de Mahan foi substituída por vários autores em diversos Estados. As correntes alternativas foram em sua grande maioria desacreditadas (a Jeune École não foi mais que uma sobrevivente após 1906) ou reduzidas ao silêncio (RØKSUND, 2009).

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial (I G.M. 1914-1918), a escola triunfante do canhão não concedeu nenhum crédito às advertências de alguns estudiosos estrategistas a propósito do risco submarino. As experiências vividas na I G.M. decepcionaram a expectativa dos Estados-Maiores. As forças navais dificilmente encontrariam-se mais de uma vez, com exceção apenas na batalha da Jutlândia (1916)¹⁴. Surge uma nova arma de guerra modificando as concepções que os Estados-Maiores tinham como o principal problema a ser resolvido e ainda não tinham vislumbrado, que é a arma submarina. O surgimento do submarino estabeleceu uma nova preocupação para as forças navais. Seria necessário, a partir daquele momento, cumprir uma tarefa adicional: proteger o tráfego marítimo da ameaça representada pela nova arma. Com esse novo advento, as ideias adormecidas da Jeune École são retomadas, porém, observa-se ausência de uma linha doutrinária clara.

Mesmo com a surpresa da arma submarina na I G.M., no período entre guerras, não se aprofundaram os estudos estratégicos em relação a esse tipo de guerra. O perigo submarino estava sendo unanimemente subavaliado. Usando o exemplo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que repudiou as tendências Jeune École no fim dos anos 1920. A Vielle École foi incentivada por Stalin em um grande projeto, na criação de uma

13 Foi a maior batalha naval travada entre a Rússia e o Japão durante a Guerra Russo-Japonesa (RØKSUND, 2009).

14 Foi a maior batalha naval da Primeira Guerra Mundial e o único confronto em grande escala entre couraçados que teve lugar naquela guerra (RØKSUND, 2009).

frota oceânica. Os defensores das teses “défaitistes¹⁵” da Jeune École foram liquidados, assim como os da Vielle École havia sido anteriormente (RØKSUND, 2009).

Após o término da Segunda Guerra Mundial (II G.M. 1939-1945) observou-se uma crise onde a falta de um pensamento estratégico naval deixou estagnado tudo que já havia estudado sobre estratégia naval até aquele momento. A literatura de estratégia naval continuou abundante mas repleta de análises parciais e sem teorias originais. Não havia mais grandes sínteses estratégicas comparáveis aos “clássicos”, de Mahan ao almirante francês Raoul Victor Patrice Castex (1878-1968)¹⁶, embora as pesquisas dos historiadores navais e as alterações técnicas e políticas incitaram a um reexame dos princípios elaborados por eles. Este declínio relativo da teoria é bastante paradoxal, após as incertezas consecutivas ao surgimento da bomba atômica, o papel das esquadras na estratégia geral não pararam de se reforçar (RØKSUND, 2009).

O método histórico defendido por Mahan de forma universal conduziu a inevitável tendência de reter apenas a concepção vitoriosa. Ao mesmo tempo em que ele e outros lançaram as bases de uma estratégia marítima teórica fundamentada no método histórico, uma escola essencialmente francesa, conduzida por um estrategista de grande valor, o Almirante Aube, lançava os fundamentos de uma estratégia marítima inovadora. Assim apareciam em concorrência os dois paradigmas em torno dos quais iriam se estruturar, essencialmente, o pensamento naval das marinhas mundiais (RØKSUND, 2009).

2.3 A influência da Jeune École na evolução dos submarinos

A partir de 1880, França e Rússia intensificaram a construção de submarinos e torpedos de ataque e autodefesa em suas respectivas marinhas. Uma vantagem no uso dessa

¹⁵Derrotistas (RØKSUND, 2009).

¹⁶Raoul Victor Patrice Castex foi almirante da marinha francesa e um teórico militar (RØKSUND, 2009).

nova arma, o torpedo, era o seu uso em condições de baixa visibilidade, principalmente a noite e na neblina. Essa vantagem classificada ofensiva, lançou o desafio para os Estados defenderem-se do torpedo. Nem todas as marinhas possuíam a capacidade de auto defesa relativo a essa arma submarina, devido aos diferentes níveis tecnológicos que encontravam-se (RØKSUND, 2009).

Dentro desta evolução tecnológica reinante destacou-se a visão estratégica do Almirante Aube. No intuito de acelerar o desenvolvimento, promoveu uma competição para projetar veículos preparados para operarem abaixo da superfície d'água, na Marinha francesa, em 1886. No mesmo ano, ele assinou um contrato de construção de submersíveis em acordo com os planos do arquiteto francês Gustav Zédé (1825-1891)¹⁷ (RØKSUND, 2009).

Alguns pensadores navais franceses defenderam que toda a evolução dos submarinos não era em razão única da Jeune École, mas de uma série de experimentos realizados por oficinas, testando os meios no mar. Os defensores dessa ideia basearam-se nas experiências realizadas pelo submarino Gymnote¹⁸. Porém, ignoraram o fato que programas de construção de meios navais não foram desenvolvidos em um vácuo desconectado entre o nível estratégico e o nível operacional. A influência da Jeune École no desenvolvimento dos submarinos era o incentivo a construção e a experiência com submarinos, estabelecendo a conexão entre os níveis tático e estratégico. Ela também desenvolveu gradualmente uma ideia de como o submarino poderia ser um meio importante que se encaixava no pensamento estratégico (RØKSUND, 2009).

A construção dos submarinos e os testes só poderiam ocorrer se encontrassem apoio entre os decisores militares e políticos. Não foi por acaso que as iniciativas mais

¹⁷Gustave Zédé era um engenheiro naval francês e pioneiro no design de submarinos (RØKSUND, 2009).

¹⁸O Gymnote foi um dos primeiros submarinos totalmente elétricos do mundo e o primeiro submarino funcional equipado com torpedos. Lançada em 24 de setembro de 1888, ela foi desenvolvida na França após os primeiros experimentos de Henri Dupuy de Lôme e, após sua morte, por Gustave Zédé (1825–1891) e Arthur Krebs, que completou o projeto. Para Gymnote, Arthur Krebs desenvolveu o motor elétrico, o primeiro periscópio naval e a primeira bússola elétrica naval. O nome "Gymnote" refere-se às Gymnotids, as "enguias elétricas" (RØKSUND, 2009).

importantes na construção e experimentação de submarinos nas décadas de 1880 e 1890 ocorreram sob o patrocínio de proeminentes personalidades da Jeune École. (RØKSUND, 2009).

A mais antiga idealização da Jeune École para o submarino foi caracterizada por uma ideia bastante vaga sobre seu potencial. Foi sobretudo marcada por um otimismo tecnológico característico da doutrina e uma esperança de encontrar uma maneira mais prática de rivalizar com a superioridade da Marinha Real Britânica. A abertura às inovações tecnológicas e outras formas alternativas de combater na guerra marítima era uma parte importante da nova doutrina, e a Jeune École viu a oposição aos submarinos como um reflexo reacionário, uma atitude que eles atribuíram aos tradicionalistas. Foi nas décadas de 1880 e 1890 que o torpedo e o torpedeiro, nos argumentos da Jeune École, representavam a maravilha tecnológica que revolucionaria a guerra naval. O submarino era visto como uma variante do que era chamado, “barco torpedo” com apenas outra capacidade, de navegar abaixo da superfície. A invisibilidade do submarino foi, no entanto, pensada para melhorar apenas marginalmente os méritos do torpedeiro que era considerado muito difícil de detetar pelo inimigo devido ao seu pequeno tamanho.

O papel do submarino foi gradualmente enfatizado nos escritos da Jeune École ao longo da década de 1890 e na primeira década do século XX. Levaria muito tempo até que o uso de submarinos nas operações navais fosse mais do que uma possibilidade. No entanto, havia um claro otimismo em relação ao potencial do submarino. Alegaram que, se o submarino fosse carregado com dois torpedos, cada um carregado com cem quilos (de explosivos), possuiriam o instrumento mais formidável de guerra marítima que se pode imaginar. Com cem submarinos deste modelo, a França poderia superar a Grã-Bretanha na Guerra Naval. A missão do submarino era a mesma dos torpedeiros e cruzadores, que naquele

momento era atacar o comércio britânico, além de possuir a capacidade de lançar minas próximo aos portos britânicos (RØKSUND, 2009).

Lockroy(1838–1913)¹⁹, foi o político que acelerou a construção e a experimentação de submarinos na França na década de 1890, pois ele via o submarino como um barco torpedo que poderia mergulhar. O torpedeiro era perfeito para operações noturnas, enquanto o mérito do submarino era sua capacidade de atacar durante o dia. O submarino deveria conduzir operações defensivas perto de seus próprios portos. A Jeune École sugeriu que os submarinos fossem posicionados para as áreas mais externas visando defender os territórios franceses. Ele foram otimistas quanto ao uso do submarino e argumentavam que a maioria dos problemas relativos a construção de submarinos havia sido resolvida e poderiam começar a construir submarinos em larga escala. As melhorias técnicas e operacionais convenceram Lockroy de que seria impossível transpor um bloqueio aos portos franceses se vários submarinos fossem posicionados em suas proximidades. Ele também previa o patrulhamento de submarinos nos litorais que poderiam negar qualquer tentativa de realizar avanço em águas francesas. Em seu segundo período como ministro, Lockroy ordenou a construção de mais quatro submarinos. A melhora no alcance provou que esse novo meio tinha um potencial para operações ofensivas, embora ele não elaborasse em que tipo de operações eles eram adequados (HARPER, 1994).

Um aumento do otimismo em relação ao potencial ofensivo dos submarinos pode ser observado nas palestras dadas na Escola Naval francesa. Foram ensinadas táticas e estratégias, e viram um claro potencial para operações submarinas ofensivas. Uma política externa expansionista poderia facilmente levar a um confronto com o poder marítimo dominante da época (Grã-Bretanha). Uma mistura de guerra naval clássica e guerra ao comércio seria a receita em um possível combate. Os defensores da Jeune École não tinham muita confiança nas ideias tradicionais de como conduzir o comércio invadindo com 19Édouard Lockroy foi um político francês (HARPER, 1994).

embarcações rápidas de superfície. Em vez disso, argumentaram que os submarinos poderiam ser usados para impor o que tradicionalmente era visto como uma prerrogativa britânica devido ao seu comando dos mares, um bloqueio próximo (HARPER, 1994).

2.4 O início da Negação do Uso do Mar

Com a estratégia disseminada pela Jeune École, estabeleceu-se um novo olhar que, a partir dessa prática, passou a priorizar a proteção de seu tráfego marítimo. A guerra de navios em linha era organizada única e exclusivamente feita pelo Estado que era detentor dos seus navios. A proteção de navios mercantes poderia ser realizada por navios de guerra ou também por empresas privadas contratadas. Com a proteção do comércio marítimo, não era vital preocupar-se apenas com os navios mercantes. A defesa dos portos tornou-se vital para manter o comércio marítimo ativo.

Nas estratégias marítimas disseminadas na Jeune École, o emprego de submarinos estava voltado para bloqueio aos portos. Com a disseminação das estratégias da Jeune École, foi alterada a condição de bloqueio naval para a negação do uso do mar ao inimigo. Quanto aos países que aderiram a Jeune École, com o passar dos anos, a própria Grã-Bretanha, que foi o motivador para a França criar algo que rivalizasse com a sua superioridade marítima, aderiu aos ensinamentos dessa escola, principalmente no uso de submarinos, empregando esse meio para negar o uso do mar aos seus adversários.

3 A TRANSIÇÃO DA CRISE AO CONFLITO ARMADO NA GUERRA DAS MALVINAS DO LADO BRITÂNICO

A crise de credibilidade sofrida pela Grã-Bretanha perante o povo, fez com que a primeira-ministra britânica em exercício, Sra. Margaret Hilda Thatcher (1925-2013)²⁰ e o seu parlamento buscassem algo para reverter esse quadro. Com a invasão pela Argentina das Ilhas Malvinas, o governo britânico começou a navegar na ambiguidade da guerra e paz. A partir do momento que o estágio de crise cedeu lugar ao conflito armado, os objetivos nacionais divergiram em alguns pontos. Foram conduzidos de formas distintas para atender os objetivos diplomáticos, políticos e militares, e a estrutura criada de crise assegurava uma hierarquização desses objetivos. O objetivo militar era a prioridade naquele momento e os outros objetivos deveriam estar subordinadas as necessidades da campanha militar. Passo a passo, a diplomacia elaborou os termos que a Grã-Bretanha impôs a Argentina.

3.1 A estrutura da diplomacia britânica

Desde o início da crise envolvendo a Argentina e a Grã-Bretanha nas Ilhas Malvinas, a diplomacia britânica trabalhou baseado em três objetivos no conflito. Em primeiro, o objetivo diplomático era a retirada total das tropas argentinas que invadiram as ilhas com o menor número possível de baixas. O segundo objetivo diplomático britânico era mobilizar a opinião pública justificando o uso da força no conflito. E o terceiro objetivo, na visão britânica o principal, era garantir o apoio dos Estados Unidos da América, que reduziria os riscos envolvidos do transporte da força tarefa para a região do conflito. (DILLON, 1989)

²⁰Política britânica que serviu como Primeira-Ministra da Grã-Bretanha de 1979 a 1990 e Líder da Oposição entre 1975 e 1979. Foi a Primeira-Ministra com o maior período no cargo durante o Século XX e a primeira mulher a ocupá-lo (DILLON, 1989).

A partir do início da crise com a invasão das ilhas, as manobras diplomáticas trabalharam visando garantir que a Grã-Bretanha transitasse para o estado de guerra com o apoio da comunidade internacional. Em 3 de abril, foi levado à Câmara dos Comuns²¹ a sessão parlamentar de urgência pela primeira-ministra britânica Margaret Hilda Thatcher. No seu discurso, foi mencionado que o objetivo do governo era a liberdade das ilhas sobre a ocupação, e que a administração das ilhas deveria ser feita pela Grã-Bretanha com a maior brevidade possível. Como o discurso feito citava a liberdade das ilhas e logo após, a Grã-Bretanha deveria administrá-la, houve um conflito de ideias chaves (liberdade e administrar) nesse parlatório. Em 7 de abril, com o objetivo de solucionar essa ambiguidade de ideias, foi divulgado ao parlamento britânico que o termo administração britânica significaria soberania britânica (DILLON, 1989).

Muitos políticos chegaram à conclusão que o desenrolar dos eventos foram impostos pela própria Grã-Bretanha. Principalmente o curto período imposto de quinze dias para a retirada das tropas argentinas das Ilhas Malvinas. Prazo esse que propositalmente coincidiria com a chegada das forças navais ao Teatro de Operações (TO). Nesse período, o campo militar trabalhou para deslocar os seus meios para a área do conflito enquanto a esfera política articulava nos fóruns internacionais para conseguir respaldo para as futuras manobras militares (FREEDMAN, 2004).

Na esfera diplomática, a Grã-Bretanha conseguiu uma vitória significativa ao ser aprovada a resolução 502 das Organizações das Nações Unidas (ONU), resolução constante no Anexo A.

O texto da referida solução foi minuciosamente confeccionado para não deixar lacunas que poderiam gerar interpretações erradas. A ONU convocou as partes envolvidas para negociar um acordo que atendesse ambos Estados.

²¹Câmara dos Comuns da Grã-Bretanha é a câmara parlamentar da Grã-Bretanha, composta por 650 membros, o equivalente a deputados, sendo que um deles deve presidir a casa (DILLON, 1989).

A Grã-Bretanha ganhava campo na esfera diplomática ao conseguir levar o conflito das Malvinas à ONU, não como um caso de invasão mas como uma questão de ordem internacional. Os fóruns e agências internacionais estavam dando o apoio a Grã-Bretanha nas Ilhas Malvinas. Coube a Argentina buscar ajuda na Organização dos Estados Americanos (OEA)²², que foi complementado pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) de 1947²³, no qual os membros integrantes deveriam apoiar os Estados que faziam parte desse tratado contra ameaças de Estados externo ao continente americano. A Argentina não conseguiu apoio diplomático na sua invasão, sendo considerada como o Estado que praticou a agressão. As argumentações argentinas nos fóruns internacionais foram extremamente fracas e sem sustentabilidade jurídica internacional (FINLAN, 2004).

O apoio internacional recebido pela Grã-Bretanha deixou a Argentina isolada, sem receber apoio político, diplomático e militar que necessitava no conflito para derrotar os britânicos. A Resolução 502 apresentada foi uma valiosa vitória diplomática ao conseguir uma aliança forte e duradoura em que o Gabinete de Guerra conseguiu integrar os objetivos militares e diplomáticos, transformando a resolução do conflito em uma necessidade nacional, alinhado com o direito internacional.

De posse dessa resolução da ONU, a primeira-ministra britânica Margaret Hilda Thatcher sinalizou que caso a Argentina não cumprisse a mesma, daria a autorização de usar a Força Tarefa com o objetivo de retirar as tropas argentinas das Malvinas. Dessa maneira, o governo conseguiu unir os anseios do âmbito interno com a política externa, conseguindo congrega o pensamento do povo com a vontade política.

22 A Organização dos Estados Americanos é um organismo internacional criado em 1948, com sede em Washington (Estados Unidos da América), cujos membros são os 35 Estados independentes do continente americano (FINLAN, 2004).

23 Tratado de defesa mútua, celebrado em 1947 na cidade do Rio de Janeiro, entre os Estados americanos. O princípio central do acordo é que um ataque contra um dos membros será considerado como um ataque contra todos, com base na chamada "doutrina da defesa hemisférica" (FINLAN, 2004).

O Rei britânico Philip Windsor²⁴ alertou que algo mudaria com essa convergência de pensamentos entre as esferas políticas e diplomáticas. Ele disse: “A Grã-Bretanha havia aceitado a necessidade de uma jurisdição internacional sobre as questões, mesmo enquanto se ganhava uma diplomacia visivelmente vantajosa”. O governo britânico estava propenso a aceitar alguma proposta de retirada das tropas argentinas com algumas condições desfavoráveis, sem o uso da força.

3.2 O ultimato britânico

Para a Grã-Bretanha preparar um documento que seria “o último aviso”, ou seja, o ultimato, ele deveria expor de forma clara, sem ambiguidades e interpretações errôneas, o objetivo político que o governo britânico estava buscando. Esse documento deveria conter todas as razões pelo qual, tal expediente foi confeccionado. Deveria ter um detalhamento dos eventos internos e externos da Grã-Bretanha contendo desde o início das tensões entre os dois Estados. Nesse ultimato, foi relatado que o governo britânico estava em negociação com o governo argentino antes da invasão das Ilhas Malvinas e que o governo britânico acreditava que estava avançando nas negociações. O ultimato surgiu de forma natural em decorrência da estrutura de crise criada e o Gabinete de Guerra se transformou com as circunstâncias que estavam sendo envolvidas (DILLON, 1989).

O restabelecimento dos diálogos entre os dois Estados beligerantes só aconteceria se a Argentina cumprisse as regras da Resolução 502 da ONU. Na confecção do Ultimato, foi explorado o simbolismo da reação do povo britânico, principalmente por ter alertado ao povo que a cultura da defesa da Grã-Bretanha estava sendo desafiada e todos corriam perigos incalculáveis.

²⁴ Marido da rainha Isabel II e consorte da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte desde 1952 (FINLAN, 2004).

Em 8 de abril, a primeira-ministra britânica Margaret Hilda Thatcher realizou um discurso na Câmara dos Comuns, o qual alertou ao parlamento do perigo eminente: “Tomei a decisão imediatamente de falar ao parlamento sobre retomar as ilhas e o futuro da liberdade e a reputação da Grã-Bretanha estavam em jogo. Não podemos, portanto, analisar a retomada das Malvinas com base precisamente no quanto isso custará” (DILLON, 1989, p. 135, tradução nossa).

O povo britânico e a imprensa começaram a cobrar uma posição firme, pois se não conseguisse impor as suas vontades, questionava-se como a Grã-Bretanha resolveria problemas decorrentes do período pós imperial que havia e problemas contemporâneos que estavam nas pautas de organizações como ONU, Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Livre Mercado Comum, etc.(DILLON, 1989).

A credibilidade do governo britânico estava sendo questionada pois se demonstrasse uma postura fraca no conflito das Malvinas, não restaria esperança ao povo britânico, pois estavam em questão a soberania do território, a vida dos cidadãos e o futuro das próximas gerações. Se os britânicos não pressionassem a Argentina a retirar-se das ilhas, os interesses da Grã-Bretanha e a ordem internacional seriam afetados drasticamente. Utilizando o conflito das Malvinas, internamente, houve uma tentativa de renovação nacional na cultura política, modificando os discursos político e econômico.

A Grã-Bretanha tinha uma ambição política de restaurar o poderio econômico que possuía e almejava conseguir uma liderança nacional que conduzisse a prosperidade desejada. Esse reaparecimento da Grã-Bretanha e a possível retomada das Ilhas Malvinas foram baseadas em sentimentos políticos iguais. O espírito do sentimento britânico pelas Malvinas nasceu com a primeira-ministra britânica Margaret Hilda Thatcher fomentando a ideia que estavam reerguendo o Estado. Ela observou e alertou que esse sentimento estava imerso e foi denegrado por vários anos, sendo deixado de lado pelo povo (DILLON, 1989).

O Gabinete de Guerra não ficou sozinho no discurso da primeira-ministra britânica Margaret Hilda Thatcher em que o futuro e a moral britânica estava em jogo no conflito. Porém, na Câmara dos Comuns, os discursos eram divididos com parte enaltecendo o discurso de retomar o orgulho ferido da Grã-Bretanha e outra parte que era a minoria, mais cautelosa com uma postura pacifista e não aceitavam o conflito armado. Porém, o povo foi o fiel da balança nesse duelo de discursos no conflito. O sentimento de resgatar o orgulho britânico foi tomando proporções em todas as classes (FINLAN, 2004).

Com toda a conjuntura apresentada, coube a Grã-Bretanha enviar uma Força Naval de envergadura em comparação com as Forças argentinas e o conflito bélico teve início. Será mostrado nos capítulos posteriores, como a tarefa de negar o uso do mar, teve papel decisivo no desenrolar do conflito e conseqüentemente no resultado final da batalha.

3.3 Conclusões parciais

Com a escalada da crise, observa-se como a preparação para o conflito bélico é de extrema importância. Aproveitando dos conceitos estratégicos apresentados por estudiosos no campo militar, os conflitos podem tomar proporções de acordo com os interesses do Estado.

Na guerra das Malvinas, se antes da escalada da crise, a Marinha Real Britânica estivesse defendendo o território das ilhas, principalmente com a tarefa de negar o uso do mar, qualquer Estado, no caso específico a Argentina, encontraria uma enorme dificuldade em invadir o território. Ou ainda, poderia inibir qualquer planejamento de conquista, caso houvesse uma oposição ao pleito do Estado adversário.

4 PLANEJANDO O USO DE SUBMARINOS NAS MALVINAS

A Guerra das Malvinas foi caracterizada como a primeira batalha no Atlântico Sul a empregar um submarino de propulsão nuclear. Analisando o emprego dos submarinos britânicos, em 01 de abril de 1982, dois submarinos suspenderam de Northwood na Grã-Bretanha, o HMS Spartan e HMS Splendid, ambos da classe Swiftsure. Em 04 de abril, o HMS Conqueror, classe Valiant, suspenderam com destino as Ilhas Malvinas. Entre 10 e 12 de maio, três outros submarinos suspenderam com destino ao Atlântico Sul. O HMS Valiant e HMS Courageous, ambos da classe Valiant e o HMS Onyx da classe Oberon.

4.1 Fases da Guerra submarina

O plano para retomada das Ilhas Malvinas foi dividido em quatro partes:

Primeira fase – Criação de uma ZET com 200MN de raio, utilizando submarinos;

Segunda fase – Ao chegar na área, a força de superfície estabeleceu superioridade aérea e marítima;

Terceira fase – Enviou tropas para as Ilhas Malvinas e retomou a posse das mesmas; e

Quarta fase – Fortaleceu as tropas na ilha e protegeu as linhas de comunicação marítimas.

Os submarinos foram empregados em todas as fases. Na primeira fase, foi empregado efetivamente na criação da “war zone²⁵”. Durante a segunda fase, os navios de superfície efetuavam o controle da área marítima. Nas terceiras e quartas fases, submarinos

25 “Zona de guerra” (tradução nossa) (HARPER, 1994).

atuaram previamente alertando para aproximações de forças inimigas em direção as ilhas (HARPER, 1994).

4.1.1 Submarinos em operação na fase um.

Os três submarinos patrulharam áreas separadas e informavam as atividades argentinas na área. No mapa constante no Anexo B, o HMS Spartan observou as aproximações em direção ao Porto Stanley. O HMS Splendid patrulhou entre a costa argentina no continente e as Ilhas Malvinas. Enquanto o HMS Conqueror foi enviado a ilha de Geórgia do Sul²⁶ (HARPER, 1994).

Durante essa fase, o HMS Spartan observou o navio argentino Cabo San Antonio conduzindo o que aparentemente eram operações de minagens. Porém, as regras de engajamento não permitiam ataque da força naval britânica nesse caso. O HMS Conqueror além de efetuar a patrulha em sua área, desembarcou um grupo de mergulhadores de combate britânicos na ilha de Geórgia do Sul.

4.1.2 Operações de submarinos na fase dois.

Para apoiar seu grupo tarefa (GT), o almirante Sandy Woodward (1932-2013)²⁷, comandante do GT, propôs uma mudança nos métodos operativos para os britânicos. Ao invés dos submarinos britânicos ficarem limitados a busca em determinadas áreas disseminadas, ele queria que os submarinos localizassem livremente os navios de guerra argentinos, sem áreas

²⁶ Geórgia do Sul é uma ilha, território britânico ultramarino, situada no Oceano Atlântico (HARPER, 1994).

²⁷ John Forster "Sandy" Woodward era o almirante britânico que serviu como comandante da força-tarefa "South Atlantic Task Groups" durante a Guerra das Malvinas (HARPER, 1994).

definidas. Quanto aos ataques, deveriam localizar, perseguir a unidade de maior valor da força e aguardar a autorização para o ataque, exceto contatos submarinos, visando evitar ataques a própria força. Como nessa fase, acreditava-se que os submarinos argentinos estariam próximos a Port Stanley, vetar ataques a contatos mergulhados seria a ação mais prudente visando evitar riscos desnecessários a própria força. Uma crença que o almirante Sandy Woodward tinha era que ele deveria possuir o controle operacional dos submarinos, ou seja, assumir o comando operacional dos submarinos, logo abaixo do nível estratégico britânico, tendo em vista o dinamismo e a necessidade de responder de forma expedita na guerra submarina (HARPER, 1994).

O comando da Força de Submarinos britânico em Northwood não pensava da mesma forma que o almirante Woodward. Com isso, não foi autorizado esse controle operacional que ele almejava. Os submarinos permaneceriam sob o controle operativo de Northwood. O plano do comando da Força de Submarinos britânico foi dividir a área em quadrantes, com submarinos permanecendo em seus quadrantes atribuídos. O HMS Spartan iria patrulhar o noroeste, HMS Splendid iria patrulhar o nordeste, e o HMS Conqueror iria patrulhar os quadrantes sudoeste e sudeste. Esta separação de submarinos por área é consistente com a forma das operações que foram praticados no Atlântico Norte. Os submarinos iriam operar no mesmo padrão que haviam treinado (FINLAN, 2004).

4.1.3 As operações submarinas nas fases três e quatro.

Durante ambas as fases, os submarinos foram empregados em buscas. Como a esquadra argentina havia se retirado da área após o ataque ao cruzador ARA General Belgrano, não possibilitando um ataque aos mesmos pela Marinha Real Britânica, restou aos submarinos nessa fase a coleta de inteligência nas áreas de patrulha, principalmente

reportando as aeronaves avistadas em direção as Ilhas Malvinas. As operações estão detalhadas na tabela constante no Apêndice A. (HARPER, 1994).

4.2 Preparativos para a guerra submarina

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o conflito nas Malvinas era a primeira guerra “moderna” com o uso de novas armas e tecnologia bélica que ainda não foram testadas no combate real. Até hoje, esse foi o último conflito reconhecido, em que houve uma guerra tradicional, com um campo de batalha delimitado, reconhecimento dos beligerantes, com identificação dos uniformes e posições e proteção a população civil. Também houve as experiências, após decorridos pouco mais de 40 anos da guerra fria (1945-1991), na utilização de armas inteligentes em alvos reais em um conflito. Principalmente no uso do submarino, essa foi a primeira vez que um submarino de propulsão nuclear foi utilizado, com sucesso, em uma guerra formalmente declarada (HARPER, 1994).

A missão dos submarinos britânicos enviados a área de conflito era de preparar secretamente o Teatro de Operações (TO) no Atlântico Sul para as forças tarefas que operariam nas proximidades. Foi comprovado duas enormes vantagens na propulsão nuclear dos submarinos: Velocidade e ocultação. Graças principalmente a esses diferenciais, os submarinos conseguiram avançar e chegar no TO anteriormente em relação aos demais meios navais britânicos. Devido à necessidade de produzir ruídos constantes de suas máquinas, os meios de superfície ficam vulneráveis aos sonares dos submarinos. A Argentina não sabia e não possuía meios para descobrir que em suas águas, já estavam submarinos britânicos patrulhando (FINLAN, 2004).

O governo britânico havia informado à Argentina da presença dos seus submarinos, e em 12 de abril de 1982 estabeleceu uma “Zona de Exclusão Total” de raio

200MN, ao redor das Ilhas Malvinas. A partir desse estabelecimento, as operações navais argentinas foram cessadas, pois havia o risco eminente de ataques aos seus meios, principalmente pelos submarinos de propulsão nuclear britânicos. Porém, pelo fato da grande capacidade de ocultação dos submarinos britânicos, os argentinos não teriam como comprovar se realmente a Grã-Bretanha havia enviado os seus submarinos ou estava blefando. Uma frase muito repetida pelos submarinistas britânicos era: “A única maneira de saber, com certeza, se existe um submarino é quando se começa a perder navios e essa é uma maneira muito cara de descobrir”²⁸. (FINLAN, 2004, p. 121, tradução própria)

4.3 Início do conflito

A “Zona de Exclusão Total” declarada pela Grã-Bretanha nas Malvinas teve como resultado o afundamento do cruzador ARA General Belgrano pelo submarino britânico HMS Conqueror. Em 2 de maio, o cruzador ARA General Belgrano e dois destróiers suspenderam para uma patrulha, fora da zona de exclusão. Os britânicos avistaram a força tarefa capitaneado pelo cruzador ARA General Belgrano e participaram ao seu governo o que tinham detetado. Imediatamente, o submarino HMS Conqueror recebeu a determinação de atacar a Força Tarefa argentina. Era a primeira vez que um submarino de propulsão nuclear atacava um navio de superfície em combate. Devido a esse ataque, a Marinha argentina recolheu os seus navios e ficou estática em seus portos durante o desenrolar do conflito, principalmente o seu navio de maior valor, o porta-aviões ARA Veinticinco de Mayo²⁹. Como resultado dessa incapacidade de suspender, as aeronaves argentinas tiveram que voar em

28 No original: “*the only way to know for sure that there is a submarine is when one starts losing ships—and that’s a very expensive way to find out.*” (tradução nossa) (FINLAN, 2004).

29 É o décimo segundo navio da Marinha da Argentina a utilizar este nome, em homenagem a data que comemora a Independência daquele país (FREEDMAN, 2010).

média 425 milhas do continente, sobrecarregando a sua capacidade logística de combustível, até a sua derrota (FREEDMAN, 2010).

O maior aprendizado desse conflito foi na execução da guerra anti submarina. A Argentina possuía apenas 4 submarinos de propulsão diesel-elétrica, ainda da época da Segunda Guerra Mundial, sendo que dois deles não chegaram a suspender: a praça de baterias do ARA Salta estava inoperante, aguardando a troca dos elementos de baterias e o ARA Santiago del Estero estava sendo canibalizado³⁰. O ARA Santa Fé havia sido avariado logo no início do conflito e permaneceu inoperante até o fim. Entretanto, os britânicos gastaram muito tempo, tentando localizar os poucos submarinos que a Argentina possuía. Alguns torpedos chegaram a ser lançados em contatos identificados como submarinos, porém, eram ecos falsos. As aeronaves Sea King foram empregadas constantemente pelos britânicos no combate aos submarinos argentinos. As dificuldades eram em classificar os contatos submarinos em águas rasas (FREEDMAN, 2010).

4.4 Regras de engajamento

Conforme a crise foi sendo escalada, as regras de engajamento foram alteradas constantemente. Analisando as mudanças de regras do lado britânico, os comandantes dos submarinos britânicos forneciam informações valiosas que motivaram diversas vezes essa mudança pela cadeia de comando. Em tabela constante no Apêndice B, são apresentadas as regras de engajamento do decorrer da guerra (HARPER, 1994).

30 Retirada de peças de um meio para utilizar em outro meio ou servir de sobressalente (FREEDMAN, 2010).

5 OPERAÇÕES SUBMARINAS DA MARINHA REAL BRITÂNICA

5.1 Operação do HMS Spartan e HMS Splendid

Ambos submarinos suspenderam no dia 01 de abril e tiveram 10 dias de travessia. Para executar a missão na ZET, o HMS Spartan patrulhava perto de Port Stanley para vigiar apoios logísticos. No período de 12 de abril a 30 de abril, em quatro dias consecutivos, foi observado o Navio tanque argentino, ARA Cabo San Antonio realizando operações de colocação de mina. O HMS Splendid foi designado para patrulhar entre a costa da Argentina e as Ilhas Malvinas (WOODWARD & ROBINSON, 2003).

5.2 Operação do HMS Conqueror

O HMS Conqueror partiu para o Atlântico Sul em 4 de abril com membros do British Special Boat Service (SBS) que são os mergulhadores designados para operações especiais da Marinha Real Britânica. A sua chegada na área determinada foi no dia 11 de abril, mesmo dia do HMS Splendid e HMS Spartan guarnecerem as suas áreas. Desde esse momento, ele iniciou a sua patrulha na área designada. Além da patrulha, em 19 de abril, o HMS Conqueror desembarcou uma equipe de reconhecimento SBS em terra, ao norte da ilha de Geórgia do Sul. Em 23 de abril, foi recebido um relatório de que um submarino argentino se dirigia para a Geórgia do Sul, possivelmente o ARA Santa Fé. O HMS Conqueror iniciou uma busca nessa área, sem sucesso (WOODWARD & ROBINSON, 2003).

Quando a força-tarefa naval britânica chegou, o HMS Conqueror assumiu uma nova área de patrulha ao sul das Ilhas Malvinas. No dia 1º de maio, encontrou navios de

superfície argentinos em torno do cruzador ARA General Belgrano. Ele relatou a Northwood e manteve o acompanhamento do mesmo cruzador ARA General Belgrano estava fora da ZET, mas as regras de engajamento foram alteradas para permitir ao HMS Conqueror atacar. O HMS Conqueror lançou três torpedos Mk 8 (torpedos de corrida reta da época da Segunda Guerra Mundial). Dois atingiram o cruzador ARA General Belgrano e um atingiu outro navio que fazia escolta mapa constante no Anexo C. Este terceiro torpedo não explodiu e não causou danos ao navio. O submarino britânico deixou a área enquanto os dois escoltas conduziam contra-ataque mal sucedido. O cruzador afundou aproximadamente 45 minutos depois de ser atingido. Após o naufrágio do cruzador ARA General Belgrano, a esquadra argentina permaneceu dentro de 12 milhas de sua costa até o restante da guerra (GOODWIN & MORO, 2006).

5.2.1 Diplomacia submarina

A ameaça de submarinos nucleares nas proximidades das Ilhas Malvinas acelerou a decisão da junta militar argentina de uma decisão para invadir as ilhas. A mídia britânica noticiava o envio de dois submarinos de propulsão nuclear para as Ilhas Malvinas. Existem correntes que defendem um vazamento controlado, já que alertou aos argentinos que haveria uma resposta militar por parte da Grã-Bretanha. A junta argentina esperava uma solução diplomática para o incidente na ilha de Geórgia do Sul. Alarmado pela chegada dos submarinos britânicos, uma reunião da junta foi realizada para decidir sobre um curso de ação. A reunião da junta argentina foi decisiva, pois chegou-se a conclusão que deveriam invadir as Ilhas Malvinas e essa invasão teria que ser realizado antes da chegada dos submarinos britânicos. Chegaram a levantar a possibilidade de ser após a chegada, porém, chegou a conclusão que isso não seria viável e extremamente arriscado. Outra possibilidade

seria esperar a saída dos submarinos, mas não havia a possibilidade de prever quando isso iria acontecer, podendo permanecer na área por um tempo indefinido. A invasão deveria ser realizado antes do dia de 12 de abril. Os submarinos britânicos forçaram os militares da junta a agir rapidamente (GOODWIN & MORO, 2006).

A partir da entrada de submarinos e seu tipo de guerra, o conflito ganha proporção. Isso não é um fenômeno novo, já que ocorreu durante as duas guerras mundiais. Em guerras mais recentes, submarinos foram conscientemente excluídos do conflito, como nas Guerras da Coreia (1950-1953) e do Vietnã (1955-1975). Os Estados Unidos da América não usaram submarinos em um papel ofensivo (isto é, afundar navios) para manter essas guerras limitadas. Durante a Guerra das Malvinas, os britânicos inicialmente restringiram as regras de engajamento dos submarinos para evitar o início das hostilidades precocemente e comprometendo os esforços diplomáticos que estavam perseguindo. A ameaça da presença, ou mesmo a presença percebida, de submarinos britânicos teve um efeito catalítico na crise da Geórgia do Sul que levou os dois lados à guerra (WOODWARD & ROBINSON, 2003).

5.2.2 Valor da dissuasão dos submarinos

O fato de divulgar a presença de submarinos britânicos na área, foi uma tentativa de impedir que a marinha argentina violasse a ZET. A declaração dos britânicos foi suficiente para manter os navios mercantes argentinos longe da área. As operações aéreas não foram dificultadas pela presença de submarinos mas a capacidade de reação foi menor. A presença de submarinos ajudou a reforçar a zona de exclusão marítima (WOODWARD & ROBINSON, 2003).

A Marinha Argentina continuou a entrar na "zona de guerra" até os navios britânicos chegarem. Com a chegada dos navios de superfície britânicos, houve a saída dos

navios argentinos da zona de exclusão marítima, porém, permaneciam no mar próximo ao limite da área. Após o afundamento do cruzador ARA General Belgrano, a Marinha Argentina retirou-se para dentro de 12 milhas da sua costa.

Se o ataque tivesse sido feito pela força de superfície ou pela força aérea, a repercussão não teria sido tão dramática. Um navio de superfície, um avião ou míssil podem ser detetados e avariados ou destruídos. Por outro lado, um submarino permanece sem ser detetado e, portanto, dificilmente será avariado. A presença do submarino era desconhecida pelo cruzador ARA General Belgrano e seus escoltas até o torpedo do HMS Conqueror explodir na quilha do cruzador. A Marinha Argentina não tinha defesa efetiva contra um moderno submarino de propulsão nuclear. Não existia mais a possibilidade de se fazer ao mar além das 12MN que ficaram limitadas. Ainda foram levantadas várias possibilidades de ataque de navios de superfície na área, porém, a decisão que prevaleceu foi de salvaguardar os seus navios dentro de 12MN do território argentino.

5.3 O ataque ao cruzador General Belgrano

O HMS Conqueror explorou o princípio da "ofensiva" com o "objetivo" de afundar o cruzador ARA General Belgrano e não os seus escoltas, antes que o cruzador argentino saísse da zona de patrulha para o sul das Malvinas. Para isso, ele utilizou a capacidade de outro princípio estratégico primordial aos submarinos nucleares, a grande capacidade de manobra. O HMS Conqueror realizou um ataque utilizando o princípio da concentração de força, fazendo uso de três torpedos considerados obsoletos, MK VIII, para cumprir sua missão (FREEDMAN, 2010b).

5.3.1 Manobra

Devido a grande capacidade de manobrar, esse é um princípio que os submarinos podem aproveitar intensamente. Eles chegam ao ponto designado para a campanha sem ser detetado e assim conseguem contribuir significativamente para a campanha, independentemente das condições meteorológicas reinantes na área. Os submarinos de propulsão nuclear britânicos na Guerra das Malvinas demonstraram essa capacidade de manobrar várias vezes. Primeiro chegando ao campo de batalha marítimo rapidamente e segundo, sendo capaz de acompanhar as forças de superfície e manter contato com eles como o HMS Conqueror fez com o cruzador ARA General Belgrano. Outra vantagem dos submarinos de propulsão nuclear é a independência dele para retornar a superfície ou cota periscópica com o objetivo de recarregar as suas baterias e atualizar posição. Isso também é uma característica de boa capacidade de manobra. A única restrição à manobra de submarinos são a profundidade (FREEDMAN, 2010b).

5.3.2 Princípio da ofensiva

Submarinos são armas ofensivas. Eles foram caracterizados ofensivos, principalmente após as conferências navais pós Primeira Guerra Mundial. Durante o Tratado Naval de Washington, Conferência em 1921 e 1922 uma das propostas apresentadas pelos britânicos foi a abolição de submarinos. A base para o argumento era que os submarinos eram uma arma puramente ofensiva e que os países só deveriam possuir armas defensivas. Esta proposta não foi aceita. No entanto, a natureza ofensiva dos submarinos foi formalmente estabelecida. No entanto, submarinos também podem ser usados em um papel defensivo. Os

submarinos de propulsão nuclear britânicos estavam em um papel defensivo antes das forças de superfície chegarem e depois do naufrágio do cruzador ARA General Belgrano. Para utilizarmos os submarinos de forma defensiva, devemos conhecer o poder ofensivo da força inimiga. Eles atuam como dissuasores no conflito(WOODWARD & ROBINSON, 2003).

5.3.3 Princípio do objetivo

O objetivo de um submarino engloba os níveis tático, operacional e estratégico. É usado em um sentido tático ao conduzir uma abordagem em que o alvo será um objetivo tático. Se o afundamento de um determinado alvo mudar as operações inimigas, assim como o afundamento de um porta-aviões britânico na Guerra das Malvinas, esse navio se torna um objetivo operacional. O uso de submarinos para objetivos estratégicos são quase exclusivamente feitos por submarinos balísticos e os seus alvos serão estratégicos. A falta de um objetivo claro ou que não possa ser alcançado também pode afetar as operações de um submarino. Como exemplo, temos a missão do submarino argentino ARA San Luis, que não foi clara e seu valor na Guerra das Malvinas foi desperdiçado. Se seu objetivo era encontrar e atacar um dos dois porta-aviões britânicos e ele tivesse conseguido atingir esse objetivo, o curso da guerra poderia mudar (WOODWARD & ROBINSON, 2003).

5.3.4 Princípio da Segurança

A segurança inerente de um submarino é maior do que qualquer outro tipo de navio. Pela sua característica de navegar em imersão, faz com que a sua detecção seja dificultada, aumentando dessa forma a sua segurança, já que não consegue atacar o que não

encontra. No entanto, se um submarino estiver na superfície, a segurança será comprometida. Durante o conflito, os britânicos detetaram o submarino argentino ARA Santa Fé, aproximando-se da Geórgia do Sul, provavelmente com base em relatórios de inteligência, e que o mesmo havia desembarcado mergulhadores em Grytviken³¹, baseado na interceptação de transmissões de voz. A derrota do submarino ARA Santa Fe foi quando uma aeronave britânica, anti-submarino, conseguiu detetá-lo quando reportava os seus ataques a marinha argentina. Os submarinos britânicos também transmitiam, mas os argentinos não tinham sensores presentes para detetar essas transmissões. Por virem à superfície ou a cota periscópica constantemente para efetuarem transmissões rádio, eram passíveis de detecção inimiga, arriscando a segurança de seus submarinos (WOODWARD & ROBINSON, 2003).

Essa imunidade relativa ao ataque também permite que eles trabalhem independente. Enquanto um navio de superfície depende de outros escoltas sempre que navegam, o submarino pode patrulhar sozinho. Devido a essa capacidade, o submarino não necessita de escoltas para a sua proteção. Devido ao seu tamanho reduzido, até mesmo submarinos de propulsão diesel-elétricos são menos dependentes de abastecimento no mar do que meios de superfície (WOODWARD & ROBINSON, 2003).

O tamanho físico dos submarinos e o quantitativo de suas tripulações são provas de economia de força. O ataque do HMS Conqueror ao cruzador ARA General Belgrano colocou um submarino de 4.900 toneladas armado com apenas torpedos e algumas armas pequenas (rifles e pistolas para guardar o navio no porto) contra um cruzador de 13.645 toneladas com dois helicópteros, dois lançadores de mísseis Seagate quádruplos, quinze canhões de 6 polegadas, oito canhões de 5 polegadas, protegidas com armadura de até oito polegadas de espessura. No ataque ao cruzador ARA General Belgrano, dois escoltas argentinos estavam próximos no momento do ataque, o ARA Bouchard e o ARA

31 Porto localizado na costa norte da principal ilha do arquipélago de Geórgia do Sul (WOODWARD & ROBINSON, 2003).

Piendrabuena, ambos destróiers de 3.320 toneladas. O HMS Conqueror afundou o cruzador ARA General Belgrano e também atingiu um dos destróieres (ARA Bouchard) com apenas três torpedos que eram da Segunda Grande Guerra Mundial. Havia mais de 1.600 pessoas nos navios de guerra argentinos em comparação com as 103 pessoas que guarneciam o HMS Conqueror, pode ser caracterizada como economia de força, desta vez em marinheiros. O afundamento levou a Marinha argentina retornar a 12 milhas de sua costa. Assim um Submarino de propulsão nuclear britânico foi capaz de mobilizar toda a Marinha argentina sendo considerado economia de força (FREEDMAN, 2010b).

Analisando na ótica argentina, o submarino ARA San Luis estava patrulhando e isso mobilizou a força naval britânica a permanecer na defesa em todos os momentos. Os britânicos utilizaram a maior parte de suas munições em contatos suspeitos, sendo que a maioria eram falsos, devido principalmente as anomalias do mar, característica reinante naquela área. Os navios de superfície britânicos, presentes para combater a ameaça submarina argentina eram um navio transporte de tropa e onze destróieres. Embora nenhum navio tenha conseguido afundar o submarino ARA San Luis, a Marinha Real Britânica teve que mobilizar uma grande quantidade de meios para contrapor essa ameaça. (WOODWARD & ROBINSON, 2003).

5.3.5 Princípio da Massa

O uso de submarinos alemães em “matilhas³²”, oposto ao princípio de economia de força, na Segunda Guerra Mundial mostrou que os submarinos são capazes do princípio de massa. O outro princípio de massa que submarinos modernos trazem para a batalha é a capacidade de empregar o poder de fogo em massa (WOODWARD & ROBINSON, 2003).

32 Grupo de submarinos quando desfecham um ataque conjunto (WOODWARD & ROBINSON, 2003).

5.3.6 Princípio da Unidade de Comando

Uma vez que os submarinos estão na condução de operações independentes, eles não empregam similarmente aos meios de superfície uma unidade de comando. Os comandantes de submarinos devem ser informados sobre a intenção de seus chefes navais, já que não existe um meio de passar orientações constantes sobre a missão. Em conflitos passados, submarinos eram autorizados a patrulhar de forma independente e os seus esforços combinados contribuíram para a unidade de comando.

Um destaque maior tem sido colocado na capacidade de ter submarinos operando em grupos e para o comandante da força tarefa. Esse arranjo foi buscado pelo almirante Woodward durante a Guerra das Malvinas, sem sucesso com o controle dos submarinos permanecendo em Northwood. Para o almirante Woodward conseguir que o HMS Conqueror atacasse o cruzador ARA General Belgrano, ele teve que solicitar através de Northwood, permissão para atacar, embora ele estivesse envolvido diretamente nas operações no Atlântico Sul. Essa falta de unidade de comando fez com que as ordens para os submarinos seguissem uma complexa cadeia de comando, reduzindo a eficiência e atrasando as operações submarinas (WOODWARD & ROBINSON, 2003).

5.3.7 Princípio da Surpresa

Esta é a grande vantagem que o submarino pode explorar que é a surpresa. Diversas vezes o alvo não consegue identificar se ele foi detetado até que ouça e sinta a explosão do torpedo abaixo da quilha. Os submarinos também podem ser equipados com mísseis de cruzeiro e serem posicionados próximos a costa de um país para encurtar o tempo

de voo mesmo se o inimigo estiver preparado, não será capaz de combater essa ameaça. O princípio da surpresa é que mantiveram as forças anti-submarinas britânicas em busca do submarino ARA San Luis. O ataque ao cruzador ARA General Belgrano não foi apenas uma surpresa para aquele navio, mas para a Argentina e para o mundo. O medo de um ataque surpresa fez a Marinha argentina recuar de forma prejudicial para o restante do conflito (WOODWARD & ROBINSON, 2003).

5.3.8 Princípio da simplicidade

Na Segunda Guerra Mundial, as operações dos submarinos eram simples. Poderia ser uma patrulha em determinada área, atacar navios, capturar aviadores abatidos ou realizar serviço de vigia. As missões não mudaram muito daquela época. Operações independentes levam à simplicidade. Porém, quando os submarinos operam com outros navios, a simplicidade diminui.

Os submarinos de ambos os lados receberam áreas de patrulha e foram designadas as missões de afundar navios inimigos. A longa cadeia de comando do comandante da força-tarefa britânica para os submarinos era complexa, assim como as regras voláteis de engajamento. Porém o plano alternativo proposto pelo almirante Woodward para empregar os submarinos era bastante simples e poderia ter sido executado de forma eficaz (WOODWARD & ROBINSON, 2003).

Os princípios foram usados por ambos os submarinos argentinos e britânicos durante o conflito e isso ajudou no sucesso das suas operações. No entanto, alguns princípios foram ignorados e isso custou o cumprimento de missões de ambos os lados do conflito. A aplicação de cada princípio deve ser considerada toda vez que uma tarefa é atribuída para determinar a melhor forma de aplicá-las. Também deve haver um olhar pensativo para a

missão atribuída, mesmo se o peso apropriado é dado a cada um dos princípios da guerra, se a tarefa é realizável e se não, quais recursos adicionais serão necessários para torná-lo viável.

5.3.9 Operações alternativas britânicas

O principal objetivo para os britânicos, depois de terem conseguido alcançar a solução militar, foi declarado pelo general Moore, o comandante das forças terrestres: “Somente as forças terrestres poderiam vencer a guerra, mas a Marinha sempre poderia perdê-la” (FINLAN, 2004, p. 67, tradução própria).

Assim, o objetivo para a Marinha seria não perder a guerra, que na mente do Almirante Woodward era: não perca um porta aviões. Para este fim, ele tinha uma boa defesa para qualquer ataque aéreo ou de superfície, mas a defesa contra uma ameaça submarina parecia não ser tão completa. Isto é claramente demonstrado pelo fato de que um submarino argentino que estava em patrulha não foi localizado ou retirado da ZET (FINLAN, 2004).

Para fornecer uma melhor defesa, um ou dois submarinos de propulsão nuclear poderiam ter sido usados. A área de operação dos porta aviões também poderia ter sido alterada por áreas mais distantes frequentemente, visando não permitir que um submarino diesel-elétrico alcançasse o mesmo. Isso também permitiria o uso dos submarinos britânicos para patrulhar uma área antes da chegada dos porta aviões. Por ter dois ou mais submarinos operando juntos, um poderia fazer a patrulha na área enquanto o outro poderia patrulhar ao longo de outras zonas de patrulha, fazendo uma patrulha anti-submarino (HARPER, 1994).

5.4 Conclusões parciais

Aplicando os princípios estudados no emprego do submarino, ambos os lados conseguiram em algum momento da guerra das Malvinas, uma vantagem tática ou operacional.

Pela possível existência de um submarino argentino nas águas próximas as ilhas, mobilizou os meios anti-submarino britânicos para defender os seus meios, independente se lá estavam.

Quanto ao emprego dos submarinos britânicos, os princípios combinados com a tarefa de negar o uso do mar aos argentinos, conduziu a batalha de forma decisiva para a vitória britânica.

6 ENSINAMENTOS DAS MALVINAS NO EMPREGO DO SNBR ÁLVARO ALBERTO

Cabe a Marinha do Brasil cumprir a tarefa que está atribuída as Forças Armadas (FFAA) do Brasil pela Constituição da República Federativa do Brasil que são:

[...] Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. [...] (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

Como apresentado nos capítulos anteriores, a utilização do submarino foi aprimorada com o passar do tempo e os avanços tecnológicos nos novos métodos e estratégias de emprego.

Na Marinha do Brasil, desde a incorporação da classe F (Foca) em 1914 até o atual PROSUB, a doutrina de uso do submarino foi modificada. Graças a observações e estudos feitos pelo Brasil, a cada classe que era incorporada, o uso do submarino era aprimorado.

O Brasil vive um momento de grande importância, que atinge as esferas tática, operacional, estratégica e política com a construção e incorporação do submarino de propulsão nuclear Álvaro Alberto. Utilizando o exemplo da Grã-Bretanha que fez o emprego de submarinos nucleares na Guerra das Malvinas, será analisado quais aspectos podem ser usados no Brasil.

6.1 Político

Temos hoje, apenas 6 Estados (Estados Unidos da América, Rússia, Grã-Bretanha, França, China e Índia) que possuem a capacidade de construir e operar submarinos de propulsão nuclear. O Brasil entrará nesse seleto grupo.

Anteriormente ao conflito da Guerra das Malvinas, ainda na tentativa de negociação, exposto no capítulo 3, caso a Argentina levasse em consideração o poder de dissuasão e a capacidade de negar o uso do mar ao inimigo, o rumo das negociações do conflito seriam diferentes.

Tendo em vista o poder de dissuasão imposto pelo submarino diesel-elétrico e um poder ainda maior com os de propulsão nuclear, o Brasil aumenta significativamente a sua capacidade de defender a Amazônia Azul. Nas tratativas bilaterais de defesa, com países de mesma capacidade, o Brasil conseguirá negociar no mesmo patamar.

6.2 Logística

Os submarinos de propulsão nuclear possuem uma grande necessidade logística em sua base. Porém, devido a sua grande capacidade de autonomia, eles são preparados para operarem por tempo considerável sem regressar as suas bases.

Dentre as dificuldades apresentadas aos submarinos de propulsão nuclear ao atracarem em portos fora, destacam-se: Leis ambientais locais, cais preparado, ONG, etc.

Como a principal característica é a ocultação e não existia a necessidade de apoio logístico dos submarinos de propulsão nuclear, eles efetuaram a travessia, realizaram as operações e regressaram a sua base.

Comparando com o SNBR Álvaro Alberto, teria a disponibilidade de atracação em alguns portos para apoio logístico. Devido à diversidade de portos espalhados pelo litoral brasileiro, as necessidades logísticas poderiam ser supridas com brevidade.

6.3 Relevo

Comparando com o tamanho do litoral brasileiro, consideradas as saliências e reentrâncias, temos 9.200 km de costa e uma área de 4,5 milhões de km²³³ da Amazônia Azul³⁴. Levando-se em conta que os submarinos de propulsão nuclear navegam abaixo da superfície em uma camada maior que os convencionais e o relevo submarino no litoral brasileiro permite alcançar rapidamente as profundidades ideais para operação, o relevo marinho não apresenta dificuldades para operar.

A distância que os submarinos britânicos percorreram até as Ilhas Malvinas foram de 12.900 km. Os submarinos britânicos atravessaram o Oceano Atlântico e operaram ao redor das ilhas. O relevo rochoso era um dificultador para a aproximação, mas o emprego afastado negando o uso do mar, não prejudicou na execução da tarefa.

6.4 Importância econômica

A importância do comércio marítimo está na matéria do site do governo federal que divulga em 2018:

[...] No Brasil, a expressividade do transporte marítimo também tem as mesmas proporções. As exportações por mar correspondem a 83,5% do total exportado pelo País, cerca de US\$ 153,2 bilhões de janeiro a outubro. Esse número somam 521 milhões de toneladas exportadas no período.

Nas importações, a relevância é similar. Até outubro, as importações realizadas pelo mar somaram US\$ 113,3 bilhões, o que corresponde a 73,6% do total das compras realizadas pelo País.

Dos portos brasileiros são exportados os principais produtos da nossa balança comercial: soja, farelo de soja, milho, produtos minerais, carnes, açúcar, automóveis, café, entre outros bens de consumo. Atualmente, o Brasil possui 34 portos públicos e mais de 100 instalações portuárias privadas que cobrem 8,5 mil quilômetros de costa navegável.[...] Fonte: Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/noticias/infraestrutura/2017/11/>> Acesso em: 25.jul.2019.

33 Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cgcfm/?q=amazonia_azul>. Acesso em: 25 . 2019.

34 _____ Representa um conceito político-estratégico que abrange os espaços oceânicos e ribeirinhos nos destinos do Brasil, orientando o desenvolvimento nacional e inserindo o Brasil na vanguarda da preservação e uso sustentável dos mares e rios.

É de vital importância para a economia do Brasil, a proteção do tráfego marítimo. Com a incorporação no SNBR, será fortalecida a capacidade de assegurar a proteção das linhas de comunicações marítimas.

Nas Ilhas Malvinas, não possuíam um comércio marítimo relevante. Apenas tinham a capacidade de receber um fluxo logístico para funcionamento da própria ilha. A partir do momento que a Grã-Bretanha estabeleceu uma ZET de 200 MN da ilha, empregando os seus submarinos para negarem o uso do mar ao inimigo, o fluxo logístico foi seriamente afetado, deixando os habitantes da ilha sem recursos.

No mapa constante no Anexo D que detalha a intensidade do tráfego marítimo ao redor do Brasil, observa-se um vértice de extrema importância econômica marítima no nordeste brasileiro. Comparando com o uso dos submarinos britânicos nas Malvinas, deve-se pensar em empregar o SNBR na situação oposta no Brasil. Não na tarefa de negar o uso do mar para cortar a capacidade logística de algum Estado, mas negar para que não cortem as nossas linhas de comunicações marítimas.

7 CONCLUSÃO

Desde a criação da Flotilha de Submarinos na Marinha do Brasil em 1914, busca-se aprimorar e aperfeiçoar o emprego desse valioso meio naval. Não poderia ser diferente, com o avanço do PROSUB, a Marinha do Brasil busca exemplos bem sucedidos de emprego de submarinos com propulsão nuclear.

Esse trabalho pesquisou as teorias francesas na Jeune École que estudaram o emprego dos submarinos em algo próximo com a tarefa de negar o uso do mar. O conceito foi desenvolvido com o tempo e os avanços tecnológicos dos submarinos, até a Grã-Bretanha empregá-lo na Guerra das Malvinas.

A Grã-Bretanha passava por um momento de instabilidade política, com o seu governo desacreditado pelo povo. O sentimento de nacionalismo estava sendo perdido pelo povo e a crise econômica afligia o povo e conseqüentemente a esfera militar.

Na esfera política, o conflito tomou proporção com o fracasso das negociações diplomáticas entre os dois Estados. A Grã-Bretanha passava por um momento de mudança de prioridades em relação aos meios navais. Como membro da OTAN, a Grã-Bretanha estava priorizando a guerra anti-submarino. Vários indícios políticos e militares levaram a Argentina acreditar que caso tentassem invadir e reconquistarem as Ilhas Malvinas, dificilmente teria uma forte reação da Grã-Bretanha. Ainda na fase de crise, a Grã-Bretanha começou a mobilizar suas tropas e meios para o conflito.

O emprego dos submarinos foi de vital importância no decorrer da guerra. Mesmo anteriormente ao conflito, a notícia que submarinos suspenderam da Grã-Bretanha seguindo para as Ilhas Malvinas, criou um sentimento de incerteza e apreensão na Argentina. A proporção que o conflito tomou, levou a Grã-Bretanha a criar uma ZET de 200MN de raio, ao redor das Ilhas Malvinas. Com a criação dessa zona, o apoio logístico foi seriamente

comprometido para os argentinos. Os submarinos foram empregados em zonas de patrulha ao redor das ilhas.

Devido à precariedade dos meios que fizeram a guerra anti-submarina pela marinha argentina, os submarinos conseguiram operar com grande liberdade próximo ao arquipélago. Alguns acontecimentos, tiveram papel fundamental na continuação na guerra, em destaque quando o HMS Conqueror obteve contato, identificado positivamente, o cruzador ARA General Belgrano, fora da ZET. Mesmo fora, o submarino britânico pediu autorização ao governo da Grã-Bretanha para atacar. Mesmo não sendo o principal navio da esquadra argentina, houve a autorização para atacar, fazendo o mesmo a naufragar.

A partir do momento em que o navio argentino foi atingido, a Argentina recolheu os seus navios para as suas bases e efetuou uma estratégia de desgaste pela sua aviação baseada em terra. Com a ZET e a guerra declarada entre os dois países, a Grã-Bretanha estava efetuando uma negação ao uso do mar ao redor das Ilhas Malvinas, em que o meio mais perigoso era o submarino. Ao final do conflito, a Grã-Bretanha retomou as Ilhas Malvinas com papel primordial dos submarinos de propulsão nuclear britânicos.

Desde a criação da flotilha de submarinos, a 105 anos, o Brasil evoluiu na forma de empregar os submarinos. A propulsão e o armamento foram primordiais nas mudanças de doutrinas e estratégias navais. Com a criação do projeto PROSUB, a Marinha do Brasil teve a necessidade de mudar o pensamento estratégico para algo que o país nunca teve.

A construção e operação de submarino de propulsão nuclear elevarão o Brasil ao patamar que apenas 6 Estados possuem. Essa mudança de status são desde as esferas tática até a política. Comparando o tempo que os Estados conseguiram desenvolver e colocar em atividade o projeto dos seus submarinos de propulsão nuclear, o Brasil destaca-se no projeto com um tempo relativo bem menor.

Com essa mudança significativa, deve-se buscar comparar o seu emprego

estratégico com outras nações que obtiveram sucesso. Estudando as guerras contemporâneas em que submarinos de propulsão nucleares tiveram papel relevante, podemos aproveitar o emprego desses meios pela Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas.

Comparando o emprego do uso de um submarino de propulsão nuclear na Guerra das Malvinas, chega-se a conclusão que o Brasil consegue empregar esse meio na tarefa principal que a END determina a Marinha, negar o uso do mar ao inimigo.

O Brasil conseguiu superar alguns desafios com maestria e outros ainda acontecerão. Para se pensar em uma Marinha que consiga cumprir com excelência o que determina os documentos estratégicos nacionais, seria inevitável a incorporação de um submarino de propulsão nuclear. Como a tecnologia da propulsão nuclear não é transferida, o Brasil conseguiu desenvolver a sua própria planta nuclear. Graças ao acordo com a França da aquisição dos submarinos convencionais e mais o submarino de propulsão nuclear, exceto a planta nuclear, estamos mudando de nível em relação a defesa nacional.

REFERÊNCIAS

- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia*. Paris: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2010. 776p.
- DILLON, G.M. *The Falklands, Politics and War*. UK: Palgrave Macmillan UK, 1989. 284p.
- FINLAN, Alastair. *The Royal Navy in the Falklands Conflict and the Gulf War: Culture and Strategy*. UK: Routledge, 2004. 232p.
- FREEDMAN, Lawrence. *The Official History of the Falklands Campaign, Vol I. The Origins of the Falklands War*. Londres: Routledge, 2005. 253p.
- FREEDMAN, Lawrence. *The Origins of the Falklands War, Vol II War and Diplomacy*. Londres: Routledge, 2005. 849p.
- MORO, Rubén O. *The History of the South Atlantic Conflict: The War for the Malvinas*. Nova York: Praeger, 1989. 376p.
- GOODWIN, P. B., Moro, Ruben. *The Journal of Military History, Vol. 54, No 2*. Nova York: JSTOR, 1990. 250p.-251p.
- ROPP, Theodore. *The Development of a Modern Navy: French Naval Policy, 1871-1904*. Nova York: Naval Inst Pr, 1987. 439p.
- HARPER, Steven. *Submarine Operations During the Falklands War*. Newport, RI: Naval War College, 1994. 33p.
- BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do século XX*. 2.ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2011. 312 p.
- Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*, 2012. 2012a.
- Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*, 2012. 2012b.
- RØKSUND, Arne. *The Jeune École. The Strategy of the Weak*. Boston: Brill, 2007. 242p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990..

WOODWARD, Sandy e ROBINSON, Patrick. *One Hundred Days: The Memoirs of the Falklands Battle Group Commander*. EUA: Naval Institute Press, 1997. 416p.

APÊNDICES

APÊNDICE A

28 março - Submarino Santa Fé (ARG) incorpora à Força-Tarefa 40, a força terrestre das Malvinas;

31 março - Santa Fé ordenou a realização de reconhecimento de praias de desembarque perto de Stanley;

1 abril - HMS Spartan e Splendid(GBR) navegam para o Atlântico Sul;

2 abril - Santa Fé lança 10 mergulhadores em Yorke Bay para garantir que a praia esteja livre de defesas;
Argentina invade as Ilhas Malvinas

3 abril - Argentina invade a ilha da Geórgia do Sul;

4 abril - HMS Conqueror (GBR) navega para o Atlântico Sul com homens do Serviço Especial de Embarcações (SBS) a bordo;

5 abril - Força tarefa de superfície britânica se posicionam;

8 abril - Submarino San Luis (ARG) suspende para patrulha;

11 abril - HMS Spartan, Splendid e Conqueror chegam ao Atlântico Sul;
HMS Spartan observa as abordagens de Stanley;
HMS Splendid patrulha entre a costa argentina e as Ilhas Malvinas;
HMS Conqueror navega indo para a Geórgia do Sul;

12 abril - Declarado pelos britânicos uma zona de exclusão total de 200 milhas;
De 12 a 30 de abril, HMS Spartan observou o LST Cabo San Antonio (ARG) saindo de Stanley em quatro dias seguidos, aparentemente lançando minas;

19 abril - HMS Conqueror efetua reconhecimento com mergulhadores de combate em terra na costa norte da Geórgia do Sul;

23 abril - Relatório de um submarino argentino se aproximando da Geórgia do Sul, HMS Conqueror efetua busca, sem sucesso;

25 abril - Santa Fé é atacado e encalhado perto de Grytviken, na Geórgia do Sul;
Britânicos retomam Geórgia do Sul

29 abril - Relatos que HMS Spartan, Fragatas Tipo 42 e destróiers estão a cerca de 250 MN ao norte das Malvinas;

01 maio - Força-tarefa britânica chega à “War Zone”;
San Luis ataca navio de guerra britânico, que contra ataca;
Identificado contato submarino cerca de 20 quilômetros ao norte de Stanley por aeronave britânica Sea King Halos, feito ataque com carga de profundidade. Avistado mancha de óleo;
HMS Conqueror localiza e inicia perseguição ao cruzador General Belgrano;

2 maio - Cruzador General Belgrano afundado pelo HMS Conqueror;

7 maio - Britânicos declaram que todos os navios argentinos a mais de 12 MN da costa argentina serão atacados;

8 maio - San Luis ataca submarino britânico;

10 maio - San Luis ataca 2 navios de guerra britânicos;

10 a 12 de maio - Submarinos britânicos Courageous, Valiant, e Onyx suspendem rumo ao Atlântico Sul;

16 maio - Valiant chega no Atlântico Sul;

21 maio - Major desembarca tropas britânicas nas Ilhas Malvinas;

8 junho - Valiant avista aviões argentinos indo do Rio Grande em direção às Malvinas; e

13 junho - As tropas argentinas nas Ilhas Malvinas se rendem formalmente aos britânicos.

TABELA I - Principais eventos e operações submarinas durante a Guerra das Malvinas

Fonte: *Middlebrook, Martin, Operation Corriorate The Falklands War. 1982 (London: Viking, 1985), v.p.*

APÊNDICE B

Argentina

2 abril - Não derramar sangue britânico e não danificar a propriedade britânica enquanto invadir

Fogo somente quando em auto defesa

30 abril - Autorizado ataque aos britânicos

Grã-Bretanha

12 abril - Atacar na Zona de Exclusão Marítima (200 milhas náuticas)

23 abril - Armas livres para qualquer contato que acreditar ser uma ameaça

26 abril - Estabelecido uma área com raio 25 milhas de defesa estabelecida em torno de todas as unidades britânicas

29 abril - Atacar qualquer embarcação que esteja perseguindo as unidades

30 abril - Total de zona de exclusão declarada, inclusive aeronaves

2 maio - Autorizado ataque a navios de guerra argentinos

7 maio - Estabelecido a zona de exclusão total (em todos os lugares, exceto dentro de 12 milhas da Argentina, mar territorial)

12 maio - Atacar navios mercantes e de pesca se estiverem envolvidos no reabastecimento das ilhas

TABELA II - Regras de engajamento na Guerra das Malvinas

Fonte: Falkland Islands Campaign Understanding the Issues (Washington: National Defense University, 1986), Iv, pp.80 and 147-149.

ILUSTRAÇÕES

ANEXO A

Resolution 502 (1982)

of 3 April 1982

The Security Council,

Recalling the statement made by the President of the Security Council at the 2345th meeting of the Council on 1 April 1982⁵⁹ calling on the Governments of Argentina and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to refrain from the use or threat of force in the region of the Falkland Islands (Islas Malvinas),

Deeply disturbed at reports of an invasion on 2 April 1982 by armed forces of Argentina,

Determining that there exists a breach of the peace in the region of the Falkland Islands (Islas Malvinas),

1. *Demands* an immediate cessation of hostilities;
2. *Demands* an immediate withdrawal of all Argentine forces from the Falkland Islands (Islas Malvinas);

Decision

On 5 May 1982, following consultations of the Council, the President of the Council announced that he had been authorized to issue the following statement⁶⁰ on behalf of the members of the Council:

“The members of the Security Council express deep concern at the deterioration of the situation in the region of the Falkland Islands (Islas Malvinas) and the loss of lives.

“The members of the Security Council also express strong support for the efforts of the Secretary-General with regard to his contacts with the two parties.

“The members of the Security Council have agreed to meet for further consultations tomorrow, Thursday, 6 May 1982.”

⁶⁰ S/15047.

FIGURA 1 – Resolução 502 ONU

Fonte: <[https://undocs.org/S/RES/502\(1982\)](https://undocs.org/S/RES/502(1982))>.

Acesso em: 20 Jul. 2019.

ANEXO B

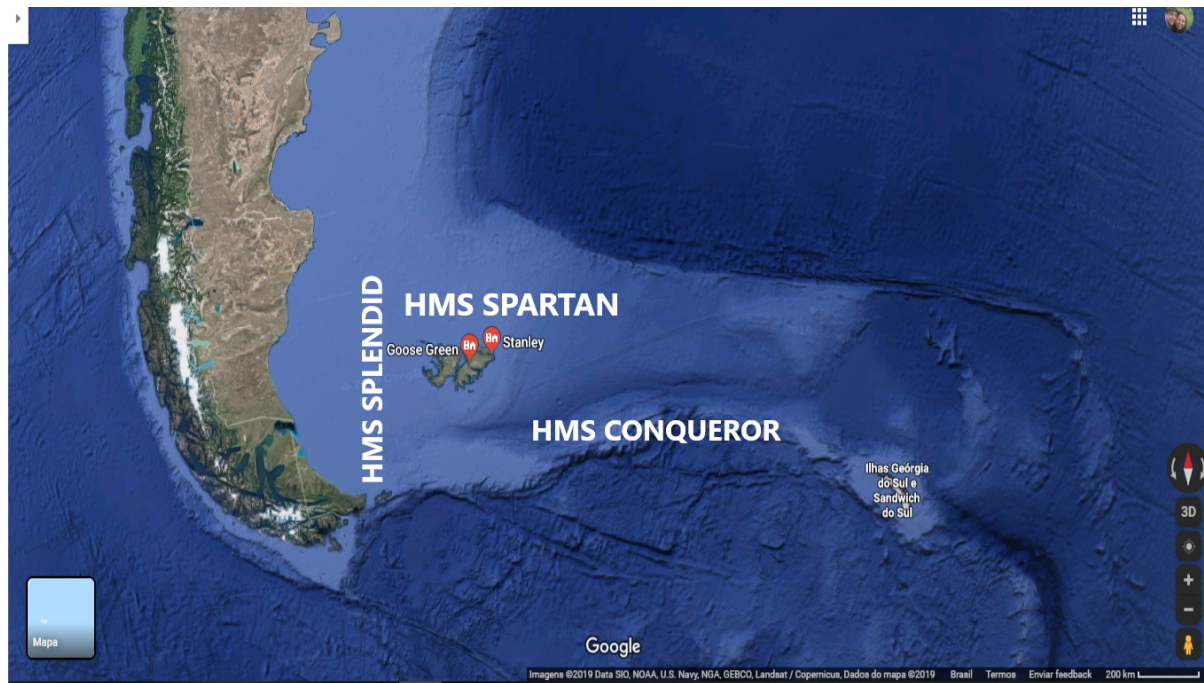


FIGURA 2 – Disposição dos submarinos britânicos

Fonte: <<https://www.google.com/maps/search/malvinas+war/@-51.192943,-51.9453595,1941304m/data=!3m1!1e3>>. (modificado pelo autor)

Acesso em: 7 Ago. 2019.

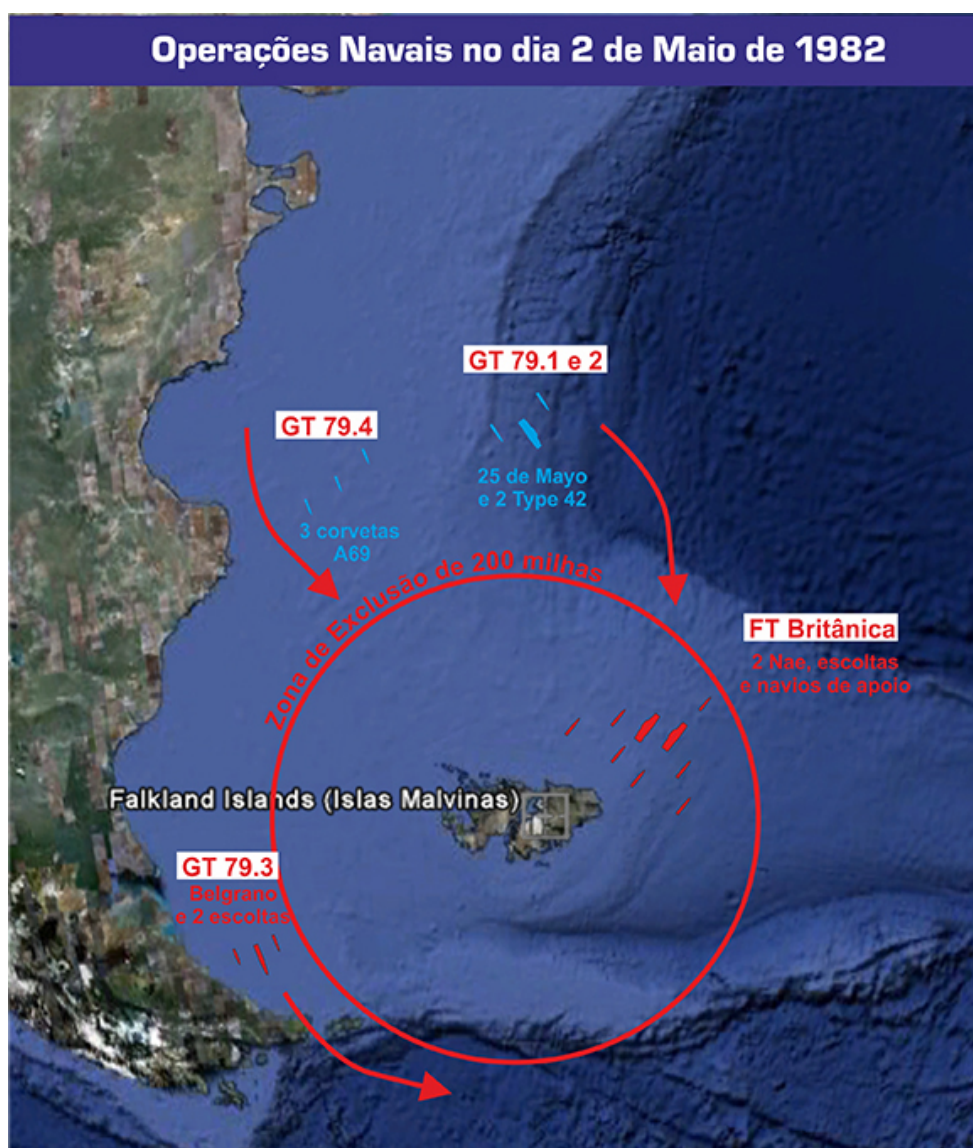


FIGURA 3 – Mapa das Malvinas

Fonte: <<http://www.naval.com.br/blog/wp-content/uploads/2013/05/Mapa-Malvinas.jpg>>.
Acesso em: 21 Jul. 2019.

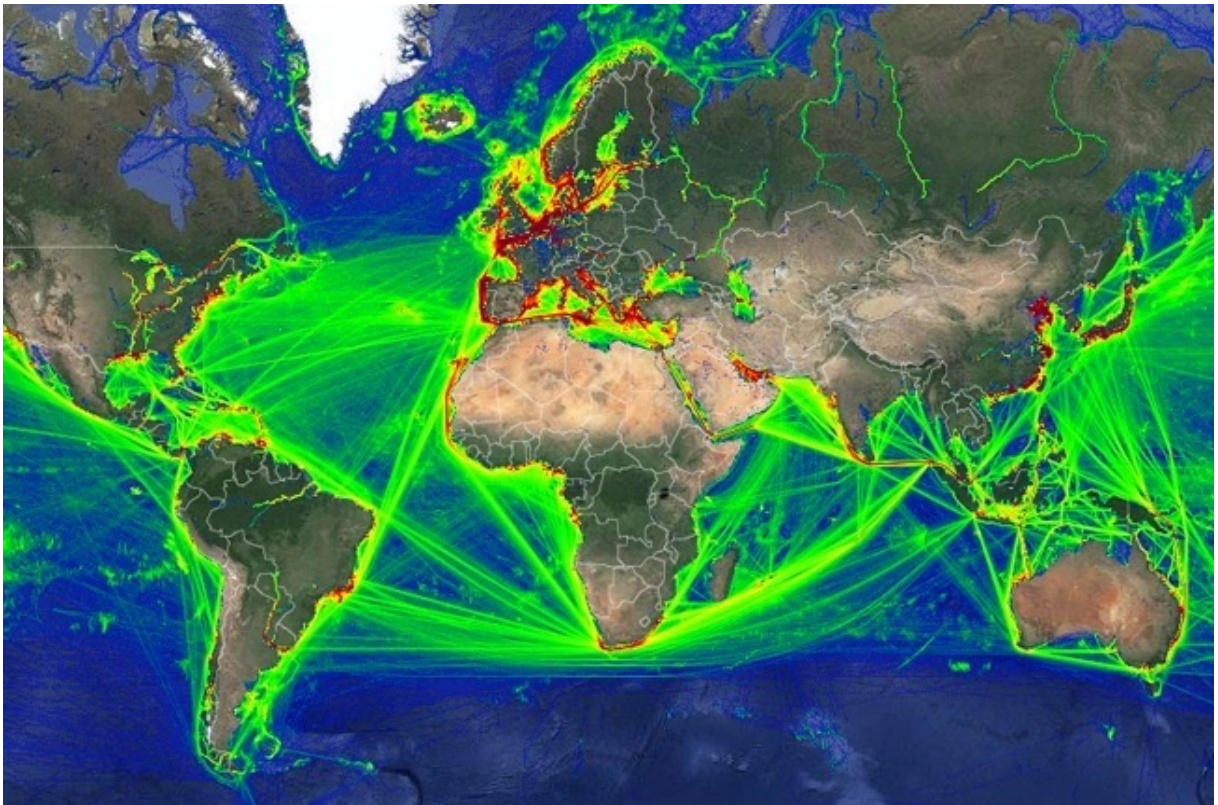


FIGURA 4 – Tráfego marítimo mundial

Fonte: <<https://safety4sea.com/optimising-ship-voyages-a-priority-for-marinetraffic/>>.

Acesso em: 22 Jul. 2019.